



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v13.1070>

## **Redemocratização e proteção ecológica: a ressignificação da presença militar na Amazônia**

*Redemocratization and ecological protection: the resignification of the military presence in the Amazon*

Bruna Goergen Zeca<sup>1</sup>

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar a visão dos militares sobre o meio ambiente no Brasil, verificando possíveis mudanças e continuidades no entendimento do tema, em especial no que concerne aos anos 1980, a partir da redemocratização do país. O objeto, por tratar do meio ambiente, relaciona-se diretamente com a questão amazônica e as concepções da geopolítica sobre a floresta tropical. Será visto que as discussões ambientais levaram a um reposicionamento das Forças Armadas quanto ao sentido de sua presença na Amazônia. Para compreender as questões envolvidas, como a soberania, a imagem do Brasil, as pressões externas e a transição do poder para os civis na redemocratização do país, o trabalho faz uso de documentos do Sistema de Informações do Arquivo Nacional e de revisão da literatura sobre o tema. Palavras-chave: Redemocratização. Amazônia. Proteção ambiental.

### **Abstract**

The objective of this article is to analyze the view of the military on the environment in Brazil, verifying possible changes and continuities in the understanding of the theme, especially regarding the 1980s, with the redemocratization of the country. The object, as it deals with the environment, is directly related to the Amazon issue and the geopolitical conceptions of the tropical forest. It will be seen that the environmental discussions led to a repositioning of the Armed Forces regarding the meaning of their presence in the Amazon. To understand the issues involved, such as sovereignty, the image of Brazil, external pressures and the transition of the government to civilians in the country's redemocratization, the work makes use of documents from the National Archives Information System and a review of the literature on the theme.

Keywords: Redemocratization. Amazon. Environmental Protection.

---

<sup>1</sup> Professora na graduação em Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e na Especialização em Relações Internacionais e Diplomacia da mesma instituição. Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS.

E-mail: [brunagorgen@hotmail.com](mailto:brunagorgen@hotmail.com); Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8115-7813>

## Introdução

Esta pesquisa busca aprofundar os conhecimentos e a reflexão sobre o pensamento dos militares brasileiros acerca da preservação ambiental. Até os anos 1970, essa não era uma questão que preocupava os meios militares nacionais. No entanto, com a consolidação da pauta ambiental nas relações internacionais, a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, e os diversos conflitos sociais e ambientais decorrentes do amplo incentivo às mais diversas formas de ocupação da Amazônia durante o regime militar, a devastação da floresta acabou-se convertendo no centro das críticas internacionais, em especial dos países desenvolvidos, em direção ao Brasil.

Conseqüentemente, as dinâmicas amazônicas se tornaram um dos principais focos de insegurança para as Forças Armadas, que viam no movimento ambientalista uma renovação dos antigos temores de internacionalização da Amazônia, agora sob novos pretextos. De forma paradoxal, portanto, o conjunto de medidas colocadas em prática na região, as quais estavam baseadas no pensamento geopolítico de militares brasileiros que visavam a segurança, o desenvolvimento e a soberania sobre a floresta por meio da ocupação, levou ao escrutínio, à ingerência e ao condicionamento de outras questões caras ao Brasil a determinados padrões e políticas ambientais e indigenistas (ZECA, 2020).

De maneira geral, identifica-se que a percepção da ala militar é de que, sob a alegação de proteção ao meio ambiente, os países desenvolvidos promoveriam ações para restringir a livre utilização das reservas de recursos naturais brasileiros, o que é inaceitável na visão castrense<sup>2</sup>, pois configura uma limitação da soberania nacional. A interpretação que se propõe é que, com a redemocratização e o conjunto de pressões acerca dos direitos humanos e da preservação ambiental sobre o Brasil durante os anos 1980, as Forças Armadas tiveram de readequar seu discurso e papel perante a sociedade, colocando-se como instituição capaz de prover a proteção ambiental no país.

Na primeira parte do texto, serão abordadas as ideias da Amazônia como vazio demográfico. Na segunda parte, serão vistos os projetos para a região amazônica no período em que o meio ambiente se consolidou nas discussões internacionais, além de considerações sobre a imagem do Brasil no exterior e

---

<sup>2</sup> Referente à classe militar.

aspectos de suas relações internacionais. Nesse momento, são analisados os documentos do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) referentes a órgãos da administração pública, como a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), os quais, conforme Eugenio Diniz (1994, p. 2-3), têm seus exames inseparáveis a partir de 1964. Por fim, demonstrações das adaptações narrativas são verificadas na terceira parte.

### **A Amazônia como vazão demográfico**

Há décadas a Amazônia é pensada de forma estratégica por analistas brasileiros. Desde 1931, por exemplo, o militar Mario Travassos preconizava uma atração populacional e econômica para o norte do país, especificamente para a Bacia Amazônica, a fim de proteger as linhas territoriais do Brasil e de contrabalançar a então predominância argentina nas comunicações platinas. Além do potencial econômico que Travassos (1938) destacava na Bacia Amazônica, o marechal atentava para a instabilidade geográfica do canto noroeste do subcontinente, por se situar em uma das extremidades da massa continental e, por isso, ser suscetível a influências extracontinentais).

As linhas naturais de penetração representadas pelos vales do Madalena e do Orinoco, o Canal do Panamá, considerado pelo autor como um verdadeiro cruzamento internacional, e o Mar das Antilhas, avaliado como uma “incubadora da influência yankee”, expressariam as pressões que se exercem nessa extremidade da América do Sul e que corresponde à Bacia Amazônica. A atração para o norte do Brasil era, portanto, decisiva para Travassos (1938), tanto para contrabalançar a atração das comunicações argentinas no Prata, quanto para a projeção brasileira a partir da espontaneidade das vias fluviais amazônicas e da repulsão das pressões externas sobre essa região

As ideias de Mario Travassos repercutiram em outros estudos, como nos de Golbery do Couto e Silva, em quem encontra-se as linhas axiais do pensamento da Escola Superior de Guerra. Muitas das teses de Golbery não foram aplicadas integralmente no plano interno ou tiveram influência sobre a política externa, mas suas preocupações canalizadas para o tema da segurança nacional, assim como as preocupações de Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Aurélio de Lyra Tavares para

o mesmo tema, converteram-se no centro das atenções da política nacional no pós-1964. A geopolítica de Golbery estava fundamentada em suas concepções de segurança nacional, as quais se baseavam na elaboração de um plano geopolítico que abrangesse todo o território brasileiro, protegendo-o ao passo que se ocupassem os espaços vazios. Tal estratégia de ocupação, amparada em uma visão geopolítica de integração nacional, englobaria a ocupação da Amazônia ao Centro-Oeste. Articular consistentemente as regiões norte e sul e incorporar a Amazônia de modo a “inundar de civilização a Hileia amazônica” eram exemplos de ideias simples que implicariam o fortalecimento interno do país (COUTO E SILVA, 1967, p. 92).

No período da ditadura militar (1964-1985), os planos de colonização e ocupação da Amazônia foram colocados em prática dentro do território, o que coincidiu com o período em que a pauta ambiental emergia e ganhava força nas relações internacionais. Isso vai acarretar questionamentos internacionais acerca da preservação da floresta e posições pouco flexíveis em relação à soberania nacional em decidir desempenhar os projetos que considerava melhor para o seu território. Como aponta Elenita Malta Pereira (2016, p. 322), um conjunto de órgãos e dispositivos legais foi formulado pelos governos ditatoriais para materializar os projetos do que consideravam ser o desenvolvimento da Amazônia, e detalha:

Além do Estatuto da Terra, podemos citar a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), um dos órgãos centrais nas políticas de ocupação, e do Banco da Amazônia (BASA), ambos em 1966; Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), formulado pela SUDAM, no ano de 1967. Em 9 de julho de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a missão de realizar a reforma agrária no país. No entanto, em vez de “promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda ‘inabitados’ (colonização)” .

Desde pelo menos 1966, portanto, a região amazônica passou a ser contemplada por diversas ações do governo federal a fim de “corrigir” sua condição de imenso espaço desigualmente ocupado e carente de integração. Ao enxergar a região como um “vasto arquipélago” desintegrado do restante do país, como apontava Golbery (1967), o governo militar considerava que a Amazônia representava um grande perigo à integridade do território nacional. Com isso, os mais diversos incentivos fiscais e creditícios eram divulgados pelos programas dos governos para atrair empreendimentos agrícolas, pecuários, industriais e de

exploração de minérios para a região (CARDOSO; MULLER, 1977). De acordo com Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Muller (1977, p. 193), a geopolítica e a noção de vazio demográfico sempre estiveram relacionadas aos enfoques dados sobre a Amazônia. Três elementos constituiriam a tessitura do discurso ideológico sobre a região no período aqui analisado: riqueza abundante, cobiça externa e outras regiões serem caracterizadas pela pobreza e pelo excesso de população (enquanto a Amazônia representava o “vazio demográfico”).

A ideia de que a região corria risco por sua densidade demográfica se associava diretamente à crença de que a defesa da Amazônia só poderia ser garantida por meio de sua colonização. A identificação e representação da floresta como um grande vazio demográfico pode ser encontrada em diversos estudos da geopolítica produzidos entre as décadas de 1930 e 1980 e que elencavam essa característica como um fator de risco à soberania nacional. Adriana Marques (2007, p. 49) indica que, para além dessa questão quantitativa, a Amazônia não é considerada um vazio demográfico somente por ser despovoada em sentido estrito, mas por ser povoada principalmente por comunidades indígenas. Assim, a preocupação com o “vazio” a que se referem os estudos que consolidaram essa visão seria em relação ao vazio de uma população comprometida com a manutenção da soberania brasileira sobre a região.

### **O choque entre os planos para a Amazônia e a consolidação da pauta ambiental nas relações internacionais**

O lema de “integrar para não entregar”, a abertura de rodovias, como a Transamazônica, com a implantação de colonização ao longo das estradas, a promoção do aproveitamento agropecuário, agroindustrial e florestal em áreas que deveriam irradiar a ocupação e o crescimento para toda a região, entre as demais políticas governamentais para a Amazônia, tornavam mais frequentes as denúncias sobre a devastação da flora, causando impactos através das queimadas, da incessante derrubada das florestas para extração de madeiras nobres e do choque com as populações florestais. Desta forma, o governo brasileiro relegava a questão ambiental a um segundo plano, enquanto o país ficava cada vez mais no centro das críticas, apontado como o vetor da deterioração ambiental a partir dos anos 1970

(MIYAMOTO, 2011, p. 69-76) e se consolidado como o grande “vilão ambiental” nos anos 1980.

O Brasil, por meio de seus órgãos de informação, acompanhava de perto as crescentes abordagens acerca da conjuntura amazônica. Em um “Estudo Preliminar sobre o Desenvolvimento Ordenado da Amazônia Legal” (Estudo Preliminar nº 025/ 3ª SC/ 86) da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), de 1986, identificava-se como “principais problemas” da região: 1) o problema indígena; 2) ingerências externas; 3) narcotráfico; 4) outras atividades ilícitas; 5) garimpagem e mineração desordenadas; 6) destruição de ecossistemas; 7) problemas fundiários; 8) proximidade de problemas além-fronteiras; e 9) problemas inerentes ao subdesenvolvimento (SG/CSN, 1986).

Sobre o que denominam “problema indígena”, afirma-se que enormes áreas despovoadas estavam sendo cada vez mais intensamente criadas e interditas ao restante da população brasileira. Segundo o documento, somente no Amazonas teriam sido “interditados” mais de 10 milhões de hectares em cerca de um ano. O estudo preliminar aponta, ainda, que as novas áreas indígenas haviam sido demarcadas ou expandidas em direção aonde o Projeto RadamBrasil indicava a existência de jazidas minerais importantes, como uma das maiores reservas mundiais de nióbio, além de tório, berílio, entre outros. Acerca das ingerências externas, o documento indica que a Amazônia tem sido alvo de sucessivas ingerências do chamado “Primeiro Mundo”, as quais se davam no sentido de defesa da tese de “intocabilidade da Amazônia em benefício da Humanidade” (SG/CSN, 1986).

Em Aviso nº 493, de novembro de 1984, o então Ministro do Interior, Mário David Andreazza, solicitava ao General Danilo Venturini, Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários do Brasil, o empenho para que a homologação de áreas indígenas fosse submetida, com a urgência possível, ao Presidente Figueiredo, para que fosse homologado mediante decreto. O aviso destacava que a demarcação das terras indígenas de Sararé, Pacaás Novas, Karitiana, Vale do Guaporé e Uru-Eu-Wau-Wau, na área de influência do POLONOROESTE<sup>3</sup>, e de Paracaná e Arariboia, na zona de influência do Programa Grande Carajás, era um compromisso assumido

---

<sup>3</sup> O Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) foi um projeto formulado pelo Governo Federal, no início dos anos 1980, para concluir a BR-364 e desenvolver a região noroeste do país.

pelo Governo brasileiro com o Banco Mundial, que cofinanciava ambos os projetos. Andreazza afirmava que esse assunto das demarcações foi objeto das discussões que havia mantido recentemente, em Washington, com a referida entidade internacional (EMFA, 1984).

Com a pressão de grupos ambientalistas nacionais e estrangeiros, seringueiros e líderes indígenas, como Ailton Krenak, ao Banco Mundial, o Conselho de Diretores do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) suspendeu parte dos desembolsos do POLONOROESTE em 1985 (PEREIRA, 2016, p. 354). O repasse final do empréstimo ter sido “congelado”, junto às críticas, fez com que o projeto do POLONOROESTE fosse descontinuado, configurando como a primeira vez em que as preocupações ambientais foram apontadas como principal motivo para que houvesse a interrupção de recursos, por uma instituição multilateral, para um projeto de desenvolvimento de determinado país. A partir disso, a necessidade de adequação de megaprojetos às questões indígenas e ecológicas para empréstimos internacionais, que já existia, passou a ser uma variável ainda mais importante por parte das instituições financeiras, que não queriam ter seus nomes vinculados a projetos polêmicos.

Se, por um lado, o conjunto de pressões (da imprensa, dos movimentos sociais, de ONGs, de instituições, de políticos estrangeiros, entre outros) contribuía para avançar nas demarcações de terras indígenas, uma necessidade frente ao número de invasões e conflitos<sup>4</sup>, por outro, contribuía para tornar a visão dos meios militares e mais nacionalistas ainda mais hostis ou relutantes a essas causas, pois elas eram crescentemente vinculadas a exigências externas em outros assuntos. Como apresenta Adriana Marques (2007, p. 50):

Desde a década de 1980, o principal foco de divergência entre os fardados e os nativos é a demarcação de reservas indígenas. Os militares não são totalmente contrários à concessão de áreas para a criação de terras indígenas, mas questionam com frequência a chamada demarcação em área contínua. Os principais argumentos dos fardados para se contrapor a este tipo de demarcação são a extensão das terras reivindicadas, sua localização, já que algumas das reservas demarcadas estão próximas à faixa de fronteira, e a possibilidade dessas terras se tornarem o embrião de um estado autônomo. As riquezas existentes no subsolo das terras reivindicadas também são citadas com frequência como argumento em favor da revisão das demarcações em área contínua já homologadas

---

<sup>4</sup> Para compreender os principais pontos sobre a questão fundiária na Amazônia, ver Violeta Loureiro (2005).

O que Marques (2007) traz é visto, por exemplo, em documentos que apontam que, concidentemente, as novas áreas indígenas haviam sido criadas ou expandidas para regiões em que pesquisas indicavam a existência de jazidas minerais importantes (SG/CSN, 1986); que ressaltam a paralisia da prospecção da Petrobrás em região onde se descobriu petróleo e gás, após a demarcação ou expansão de área indígena na região, devido a entendimentos complementares com o BIRD (EMFA, 1986); que informam sobre mensagem de lideranças indígenas expedida para Enrique Iglesias, então presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), solicitando a suspensão da liberação de quaisquer recursos para o Plano de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (PMACI)<sup>5</sup> até que o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) acatassem suas reivindicações no sentido de demarcarem as terras indígenas como áreas contínuas, e não em forma de colônias (DSI-MRE, 1988).

Conforme Andrea Zhouri (2002, p. 22), aos olhos de grupos nacionalistas, as perspectivas ambientalistas seriam como uma “máscara”, entendida como um anacronismo de românticos e ingênuos contra o desenvolvimento e o progresso, e esta “máscara” estaria a serviço dos interesses econômicos de outras nações. Em arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI), de setembro de 1988, é possível verificar a preocupação com a sistemática campanha em âmbito internacional, por meio de entidades de defesa dos índios, da ecologia e dos direitos humanos, que vinha atingindo o Brasil. Propalava-se que o crescimento das atividades de tais organizações passava a atingir um outro patamar de preocupações para o Governo brasileiro, pois estas atividades não estavam mais adstritas à mera retórica e ao “envio de milhares de mensagens às Embaixadas e aos órgãos governamentais em Brasília” (SNI, 1988, p. 6).

Ao citar alguns exemplos do que afirma ser instrumentos de pressão contra interesses nacionais no exterior, o documento aponta para duas ONGs, a *Environmental Defense Fund* e a *National Wildlife Federation*, que teriam promovido entrevistas com dois caciques kayapós com o objetivo de fazer com que o Banco Mundial suspendesse os financiamentos para o setor elétrico brasileiro, sobretudo um empréstimo de 500 milhões de dólares que seria discutido no

---

<sup>5</sup> O PMACI foi um projeto negociado como condição de um empréstimo do BID para a pavimentação da Rodovia 364 (trecho Porto Velho – Rio Branco), aprovado em 1985. Recorrentemente encontrado nos documentos, houve muita negociação em torno dele e do Programa Calha Norte sobre qual política indigenista adotar.

segundo semestre de 1988 (SNI, 1988). Pode-se perceber, na documentação encontrada, que as críticas nesse final de década se deslocavam da questão da ocupação, colonização e megaprojetos de integração na Amazônia para os planos de construção de complexos hidrelétricos na região, como seria o caso do complexo Altamira-Xingu, identificado pelo documento como principal alvo das críticas das referidas ONGs.

Indicava-se, ainda, que voltava a ganhar corpo a proposta de que a região fosse transformada em reserva, sob proteção de leis e organismos internacionais, e que nos EUA e na Europa a proposta estaria sendo discutida em congressos científicos, sugerindo que o Governo brasileiro seria “incapaz de controlar o processo irracional da última reserva de vida do planeta” (SNI, 1988, p. 8). Concluía-se, por fim, que a ação de entidades ecológicas contra a imagem do Brasil no exterior estava aumentando de forma irreversível, que a questão indígena e a ocupação da Amazônia estavam despertando interesses externos que transcendiam a problemática em si e que, além dos aspectos de natureza econômica, começavam a surgir implicações insertas<sup>6</sup> no contexto da segurança nacional (SNI, 1988, p. 8).

### **O pensamento dos meios militares sobre o meio ambiente**

Na tese de Hermes de Andrade Junior (2005, p. 137), o autor afirma que o tema da ingerência externa visando a internacionalização da Amazônia, com a conivência das ONGs e dos movimentos preservacionistas, é um assunto dominante e sistemático na doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG). O pensamento que vincula a defesa internacional do meio ambiente à internacionalização da Amazônia adentra o século XXI, refletindo no documento “Políticas e Estratégias para a Amazônia (Estrutura do Poder Nacional para o ano de 2001)”, que, de acordo com Andrade Junior (2005, p. 138), confere atenção constante à internacionalização da Amazônia ao longo do texto. Ademais, ao tratar da “Dinâmica Ecológica”, o autor destaca que a doutrina da ESG encara a questão da seguinte forma:

- (1) é fator importante;
- (2) que os ecossistemas são extremamente sensíveis às agressões promovidas pelo “Homem”;
- (3) que a poluição ambiental e o esgotamento dos recursos renováveis e não renováveis são preocupantes;
- (4) que a velocidade de degradação do ambiente leva ao risco de se

---

<sup>6</sup> Preferiu-se manter a palavra utilizada originalmente, cujo significado é “que se inseriu; publicado entre outras coisas”.

perderem as condições de sua regeneração e recuperação; (5) que organizações nacionais e internacionais contribuíram para uma consciência ecológica mundial e (6) que o “Homem” percebe que qualquer agressão ao meio é uma agressão a si mesmo (JUNIOR, 2005, p. 133).

O autor ressalta que haveria, também, outros trechos no Manual Básico da instituição que afirmavam que seria “inaceitável a atitude lírica de uma natureza intocável, sob pena de não serem abertos os espaços necessários para obtenção dos recursos que ele (o “Homem”) necessita para sobrevivência e desenvolvimento” (JUNIOR, 2005, p. 133). No marco das tensões entre os países do Norte e do Sul sobre as questões ambientais como objeto das relações internacionais, o Exército brasileiro enfatiza que a tese relativa a assuntos chamados de “interesses coletivos da Humanidade” leva a uma suposta flexibilização do conceito de soberania e à possibilidade de uma intervenção na Amazônia (MARQUES, 2007, p. 63). Devido à presença da maior porção da floresta no território nacional, o Brasil foi e é particularmente sensível a essa tensão entre soberania e meio ambiente (NUNES et al., 2012). Nesse sentido, um traço marcante da visão do Exército, segundo Adriana Marques (2007, p. 62), seria a ideia de que as preocupações humanitárias e ecológicas dos países ricos, desde os anos 1970, não são sinceras e camuflam interesses escusos desses países.

Em 1972, o Capitão de Corveta, Fernando Manoel Fontes Diégues, ao falar da exploração e preservação dos recursos do mar, afirmava que, para os países em vias de desenvolvimento, as riquezas do mar se apresentavam como fontes indispensáveis de alimentos e matérias-primas, cujo aproveitamento racional e planejado era necessário acelerar (DIÉGUES, 1972, p. 301). Nota-se, no texto de Fontes Diégues (1972), uma constante atenção à utilização dos oceanos que seja racional e planejada. Ressalta, ainda, que era evidente a necessidade dos países em desenvolvimento que almejavam buscar o status de potência de preservarem o potencial contido em suas águas e em seu solo submarino (DIÉGUES, 1972, p. 306).

Parte do texto do oficial era destinada a defender a medida de ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas, que deveria ser garantida através do incentivo à utilização de suas riquezas, seguindo a lógica da posse consolidada pelo uso (DIÉGUES, 1972, p. 310). Apesar de se encontrar, em textos de militares como esse, referência recorrente sobre o uso racional e planejado dos elementos naturais da nação, o binômio segurança/desenvolvimento se sobressaía em relação a qualquer preocupação ambiental nas políticas implementadas nesse período.

Warren Dean (1996, p. 322) afirma, por exemplo, que, nos anos 1970, os ambientalistas encarregados dos órgãos ambientais recém-criados tiveram de persuadir membros das Forças Armadas de que era conveniente, econômica e estrategicamente, melhorar a proteção da natureza. Segundo o autor: “João José Bigarella, defensor contumaz da serra do Mar do Paraná, propôs a noção de ‘segurança ambiental’ em um curso ministrado em 1974 na Escola Superior de Guerra (ESG)” (DEAN, 1996, p. 322).

Miguel Patrice Dhenin (2016) aponta que o momento de transição do poder entre civis e militares, junto à crescente pressão internacional no que dizia respeito à proteção ambiental durante os anos 1980, como foi visto na seção anterior, obrigou os oficiais a abrir um debate interno no tocante à questão do meio ambiente. O conjunto de pressões envolvendo a preservação da Amazônia e a redemocratização marcaram uma espécie de novo paradigma para as Forças Armadas, em que foi necessário se rearticular para continuar mantendo sua presença na Amazônia. Diante da “crise de identidade” das Forças Armadas sobre seu papel e seu lugar na sociedade (dada a transição do poder para os civis), a adaptação ou transformação da doutrina castrense foi necessária para legitimar a presença e a importância do Exército na região, de modo que pudesse reforçar a credibilidade do Brasil no cenário internacional como ator preocupado com o meio ambiente (DHENIN, 2016, p. 4). Se antes o exército seria responsável pela colonização e integração da Amazônia, agora ele passaria a ser o ator capaz de proteger e preservar a floresta, por isso a adaptação em torno da questão.

Miguel Dhenin (2016, p. 16-17) ainda indica que, após a entrada em vigor da Política de Meio Ambiente e, depois, da Constituição de 1988, o Exército procurou atualizar seus manuais e regulamentos com a nova ótica ambiental. Assim, duas portarias relevantes foram publicadas pelo Exército em 2001: a “Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro” e a “Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro”.

O ex-comandante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e atual comandante do Comando Militar do Nordeste, General de Exército Richard Fernandez Nunes, exemplifica essa adequação da narrativa em seu texto de 2012, ao afirmar que:

As forças armadas brasileiras, ao longo da História, têm protagonizado significativas ações de controle e proteção do meio ambiente, uma vez que, ainda hoje, constituem-se na presença efetiva do Estado em áreas longínquas, afastadas dos polos mais desenvolvidos (NUNES, 2012, p. 1).

Por meio do nexos criado entre ações de controle e de proteção ambiental, Dhenin (2016, p. 15) assinala que, talvez, um dos efeitos mais relevantes da construção da narrativa militar em torno da presença na Amazônia seja a capacidade de absorção dessa lógica pelos civis. Desta forma, é também eventualmente normalizado o esvaziamento da Funai, seu afastamento de sua atividade primordial e sua aproximação da SG/CSN, na gestão de Romero Jucá, nos anos 1980 (DINIZ, 1994, p. 159), ou o desmonte do Ibama e a substituição de suas ações por operações militares nos dias atuais.

Ainda acerca dessa possível “assimilação” da pauta ambiental com a redemocratização e as pressões externas, Marques (2007, p. 92), ao comparar o livro de memórias do coronel Marseno (“Amazônia e Nós”) e o livro de memórias do general Potyguara (“Pelotão de Fronteira”), afirma que é possível vislumbrar uma mudança entre os dois relatos no que concerne ao *sentido* da presença militar na Amazônia:

De uma ação de presença ostensiva e truculenta com a população e com a natureza, representada pelas grandes manobras militares e pela construção de estradas, como a transamazônica, a instituição mudou para uma ação de presença seletiva buscando adequar o perfil das obras realizadas pelos militares às necessidades da população local. As obras do Programa Calha Norte são representativas da nova fase da presença militar na Amazônia (MARQUES, 2007, p. 92).

Entretanto, o Projeto Calha Norte (1985), oficialmente “Desenvolvimento e Segurança da região ao norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas”, ao traçar considerações e sugestões sobre questões ligadas à política indigenista, acabou suscitando fortes reações às orientações contidas no Projeto. Por tratar de questões sensíveis, como localização de instalações militares, demarcação de fronteiras e políticas indigenistas, os trabalhos do GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) sobre o Programa se desenvolveram sob regime de confidencialidade. Entre seus diagnósticos, considerava a faixa de fronteiras escassamente povoada ou habitada por indígenas, o que Meira Mattos já argumentava, antes do Projeto, ao defender a dinamização econômica dessas áreas fronteiriças como polos de desenvolvimento regional (DINIZ, 1994).

De acordo com o General Richard Nunes (2012, p. 5), após a Eco-92<sup>7</sup>, houve uma acomodação nas posições adotadas pelo Brasil e pelos governos dos países desenvolvidos que o criticavam. Rubens Ricupero (2017, p. 544) destaca que a decisão do Brasil, no final dos anos 1980, de apresentar sua candidatura para sediar a grande Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento “[...] abria o Brasil ao escrutínio universal. Se o risco era grande, também grande poderia ser o efeito catalisador para obrigar o governo a adotar política ambiental eficaz” (RICUPERO, 2017, p. 544). Considera-se, por conseguinte, que a candidatura do Brasil, no final do governo Sarney, para sediar a Conferência, esteve inteiramente ligada à necessidade de reverter a imagem do país e, conseqüentemente, reduzir as pressões internas e externas.

Se há algo que pôde ser extraído pelos militares durante a década de 1980 é a reflexão sobre o papel que a instituição pode ter em evitar as atenções internacionais. Como se viu, o que ocorre na Amazônia toma proporções globais muito rapidamente, passando a ser motivo de condicionamento de outros temas (como renegociação de dívidas, empréstimos internacionais, credibilidade política, etc) a questões ambientais ou indígenas.

Apesar da permanência das tensões entre o que se considera ingerência externa em assuntos de competência nacional e a questão da soberania, não restou às Forças Armadas outra opção senão reconhecer e incorporar o meio ambiente às suas preocupações e regulamentos. Desta forma, o Livro Verde de Defesa (BRASIL, 2016) aborda a relação entre o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e o meio ambiente. O documento destaca a inserção da disciplina de Educação Ambiental no sistema de ensino militar; declara que “é inquestionável que o Exército tem, na proteção do meio ambiente, parte fundamental do seu trabalho de defesa do país e da integridade dos seus patrimônios”; aponta locais em que a instituição empreende sobrevoos periódicos para a detecção e inibição de desmatamento ou que promove a reintegração de diversas espécies da fauna brasileira ao meio ambiente; informa as ações de recuperação do meio ambiente em áreas previamente afetadas; e atenta para a degradação ambiental decorrida da atividade da própria instituição.

Quanto a esse último aspecto, o Livro Verde fala sobre o uso de placas solares nas instalações militares, sobre os planos de emergência de embarcações da

---

<sup>7</sup> Como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também chamada Cúpula da Terra, de 1992.

Marinha para prevenir e responder a derramamentos de óleo no mar, e outras diversas práticas visando a sustentabilidade, como a instalação de hidrômetros para evitar o desperdício de água e o encaminhamento de resíduos para cooperativas. A preocupação em demonstrar as práticas sustentáveis da própria instituição tem relação, talvez, com o que Marco Lasmar Almada (2013) destaca sobre a atividade militar possuir grande impacto ambiental, mesmo em tempos de paz. O autor frisa que as forças aéreas, marinhas e, em menor grau, terrestres do mundo utilizam equipamentos que consomem quantias elevadas de combustível e outros mantimentos necessários para sua operação, dada a autonomia de milhares de quilômetros que se almeja ter.

Por necessidade, pressão externa e preservação da imagem da instituição militar como corporação diariamente útil à nação, portanto, conclui-se que as Forças Armadas tiveram de reconhecer a importância da preservação ambiental e atuar na proteção do meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, quando a questão ressurge em forma de cobrança internacional, a tendência é que a defesa do meio ambiente seja vista como parte de forças externas que buscam tirar proveito da Amazônia em algum momento futuro.

### **Considerações Finais**

Em um primeiro momento, o artigo procurou demonstrar como os pensadores da geopolítica nacional enxergavam a região amazônica. Viu-se que a percepção dos autores era de que a Amazônia precisava ser ocupada para garantir a soberania nacional sobre a floresta e reverter sua condição de “grande vazio demográfico”. Foi necessário voltar-se aos teóricos da geopolítica pois parte dos problemas ambientais, domésticos e internacionais, do Brasil nos anos 1980 se originaram a partir das políticas de ocupação da Amazônia fomentadas principalmente pelos militares.

Com a consolidação do meio ambiente como uma preocupação global, foram intensas as vinculações entre os requisitos de preservação ecológica e demarcação de terras indígenas, por um lado, e demais assuntos, principalmente econômicos, que eram do interesse nacional, por outro. Essa situação fomentava a percepção dos meios militares de que uma tese de “intocabilidade da Amazônia em benefício da

Humanidade” era defendida com interesses escusos, os quais serviam, na verdade, aos países ricos e à perpetuação do Brasil como país subdesenvolvido.

Uma percepção bastante comum, não só dos militares, é a de que, após utilizar todos os recursos nacionais em benefício da industrialização, urbanização e crescimento econômico, defendia-se uma “filosofia inaceitável do equilíbrio ambiental global por meio de medidas em que certas áreas e regiões se tornariam preservadas, de natureza intocada, e capazes de compensar os fatores de poluição criados nos países desenvolvidos”, como afirmava Araújo Castro, na 49<sup>a</sup> sessão do ECOSOC, em 1970 (CASTRO, 1970). No entanto, diante da redemocratização e da constatação de que a imagem do Brasil estava se deteriorando de maneira irreversível, inclusive com implicações no contexto da segurança nacional, tiveram as Forças Armadas que readequar sua narrativa no que se referia ao sentido de sua presença na Amazônia. Os militares se colocavam então como a instituição apta a proteger a floresta e as riquezas naturais do país.

Nesse sentido, a fim de evitar as atenções internacionais, o pensamento militar reconhece a importância que o meio ambiente tem para o Brasil, país que detém a maior porção de floresta tropical do mundo, o que por si só já lhe confere grande atenção desde a consolidação das preocupações ecológicas nas relações internacionais. Por fim, o que se conclui acerca do pensamento militar sobre o meio ambiente é que houve pelo menos uma mudança e uma continuidade: o meio castrense absorveu as demandas atinentes à preservação ambiental e à sustentabilidade (seja por reconhecimento próprio ou por demanda alheia à instituição), admitindo sua relevância e tomando ações nesse sentido; ademais, permanece no pensamento militar a concepção de que, por vezes, o discurso ambientalista é exagerado e, vindo de fora, atenta contra a soberania nacional, além de remanescer inaceitáveis as ideias de uma natureza ou região intocável.

## Referências

ALMADA, Marco Antonio Lasmar. As Forças Armadas e Meio Ambiente. *Revista Ciências do Ambiente*, v. 9, n. 2, nov./2013.

BRASIL. *Defesa e Meio Ambiente – Preparo com Sustentabilidade* (Livro Verde de Defesa). Ministério da Defesa, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTRO, João Augusto de Araújo. Forty-ninth session of the Economic and Social Council: Statement by the Brazilian delegate, Ambassador João Augusto de Araújo Castro, on item 16 of the agenda – UN Conference on the Human Environment. Genebra, 27 jul. 1970. In: MRE. *O Brasil e a preparação da Conferência de Estocolmo*. Biblioteca Azeredo da Silveira, Brasília, 1972.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DHENIN, Miguel Patrice Philippe. *Democracia, Militares e Ambientalismo no Brasil: o redimensionamento do binômio segurança/desenvolvimento no pós-ditadura*. Working Paper apresentado para o AT7 do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ENABED – Florianópolis (6-8 de julho de 2016).

DIEGUES, Fernando Manoel Fontes. Exploração e Preservação dos Recursos do Mar. In: FLORES, Mário César. *Panorama do poder marítimo brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1972.

DINIZ, Eugenio. *O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

DSI-MRE. *Informe nº 250/130/AC/88*. Atuação de lideranças indígenas e outros junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). 1988. Código de referência: br\_dfanbsb\_z4\_dhu\_o\_0083\_d0001de0001.

EMFA. *Aviso Nº 493*. 1984. Código de Referência: BR\_DFANBSB\_2M\_o\_o\_0303\_v\_01\_d0007de0007.

EMFA. *Memória Nº 092/3ªSC/86: Questão indígena – meio ambiente – exigências internacionais*. 1986. Código de referência: BR\_DFANBSB\_2M\_o\_o\_0273\_v\_01\_d0052de0063.

JUNIOR, Hermes de Andrade. *Limites e desafios aos militares brasileiros em relação à questão ambiental*. 2005. Tese apresentada à ENSP/FIOCRUZ, 2005.

LOUREIRO, Violeta R. & ARAGÃO PINTO, J. N. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados USP*, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.

MARQUES, Adriana A. *Amazônia: pensamento e presença militar*. 2007. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 232 p.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia: Meio ambiente, fronteiras e segurança. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern (ORG.). *As*

*relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011. cap. 3, p. 61-84.

NUNES, Richard Fernandez; et al. Meio ambiente e defesa nacional: Brasil. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME, *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, nº 25, 1º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2012.

PEREIRA, Elenita Malta. *A ética do convívio ecossustentável: Uma biografia de José Lutzenberger*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia da construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SG-CSN. *Estudo Preliminar Nº 025/3ªSC/86: Desenvolvimento Ordenado da Amazônia Legal*. 1986. Código de referência: BR\_DFANBSB\_2M\_o\_o\_0157\_v\_01\_d0005de0005.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SNI. *Questão Indígena e Direitos Humanos: a imagem do Brasil no exterior - Prejudicados interesses nacionais*. 1988. Código de referência: br\_dfanbsb\_v8\_txt\_cex\_o\_0752\_d0001de0001.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ZECA, Bruna Gorgen. *Geopolítica e meio ambiente na política externa brasileira dos anos 1970*. 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2020.

ZHOURI, Andréa. *O fantasma da internacionalização da Amazônia revisitado. Ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros*. XXVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2002.

*Recebido em: 03/07/2022.  
Aprovado em: 29/08/2022.  
Publicado em: 29/11/2022.*